



Situação Social nos Estados

Piauí



Situação Social nos Estados

Piauí

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo
Ana Luiza Machado de Codes

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz
Janaína Carvalho dos Santos
Lana Torres Barreto
Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO PIAUÍ.....	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA.....	11
RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	13
SAÚDE.....	18
SEGURIDADE.....	20
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	22
EDUCAÇÃO.....	25
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	28
CULTURA.....	32
OUTRAS PERSPECTIVAS	35
ANEXOS	36
ANEXO 1	36
ANEXO 2	49

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribui-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado do Piauí como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO PIAUÍ

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2.

Este volume sobre o Piauí integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Nordeste e Piauí

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Nordeste	Piauí
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	2,12	2,22
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	14,76	16,13
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	80,43	86,68
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	20,30	18,30
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	10,99	10,24
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	395,48	394,56
	Índice de Gini	54,01	55,68	55,41
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	28,70	26,20
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	108,60	37,10
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	26,77	29,23
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	8,90	4,32
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	743,56	636,21
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	18,70	23,35
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	6,34	5,79
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	78,12	69,28
	Acesso à energia elétrica	98,82	97,47	91,86
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	69,66	57,63
	Internet no domicílio	28,14	14,30	11,23
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	89,03	94,07
	Extrema pobreza (rural)	12,64	20,44	18,29
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	208,52	197,87
	Índice de Gini (rural)	49,02	46,32	42,16
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	388,32	277,04
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	32,62	36,85
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	91,42	80,07
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	42,07	30,52
	Internet no domicílio (rural)	4,25	1,25	–

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

Notas:¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.

² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.

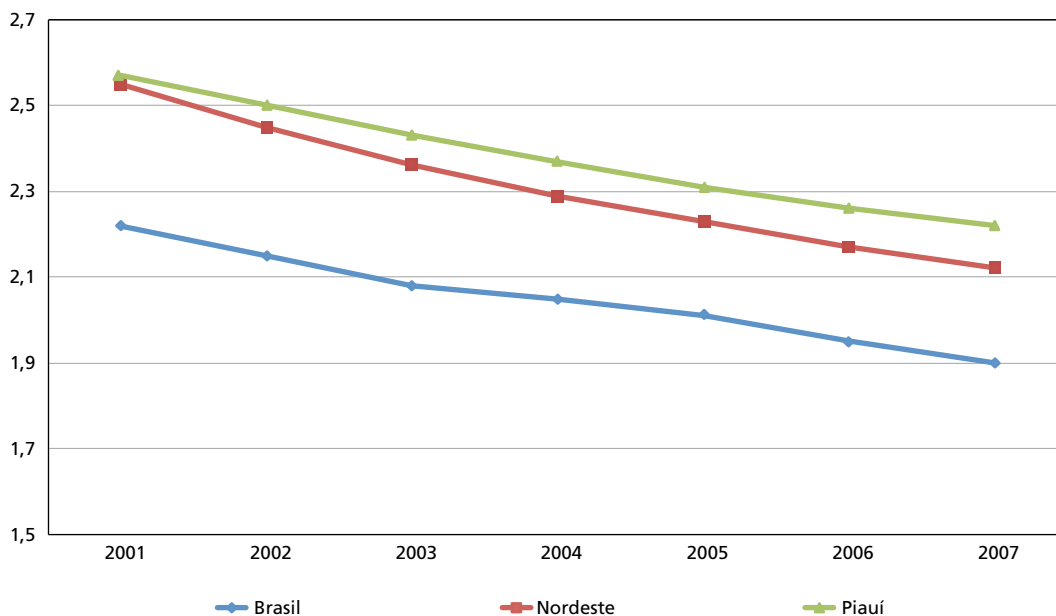
³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

Piauí, estado pertencente à região Nordeste do Brasil, possui cerca de 3,2 milhões de habitantes, o que representa 1,7% da população brasileira e 5,9% da nordestina. Mais de 38% da população piauiense vive nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é maior do que o da região Nordeste (27,3%) e superior à média nacional (15,6%).

A fecundidade no Piauí é maior do que no Brasil e no Nordeste, mas se encontra em trajetória de queda, semelhante às demais. O Brasil já apresenta taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso do Piauí (2,22) e do Nordeste (2,12), no entanto, essas taxas ainda estão pouco acima desse patamar.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



A razão de dependência de idosos, por sua vez, é maior no Piauí (16,13) do que no Nordeste (14,76) como um todo e superior à nacional (15,33). Tal resultado é surpreendente, frente a suas elevadas taxas de fecundidade. Isto pode estar associado à composição dos movimentos migratórios: por um lado, a emigração de jovens em busca de maior dinamismo econômico e, por outro, a fixação do idoso, estimulada pelo recebimento da aposentadoria rural – lembrando que, no Piauí, esta população é expressiva.

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

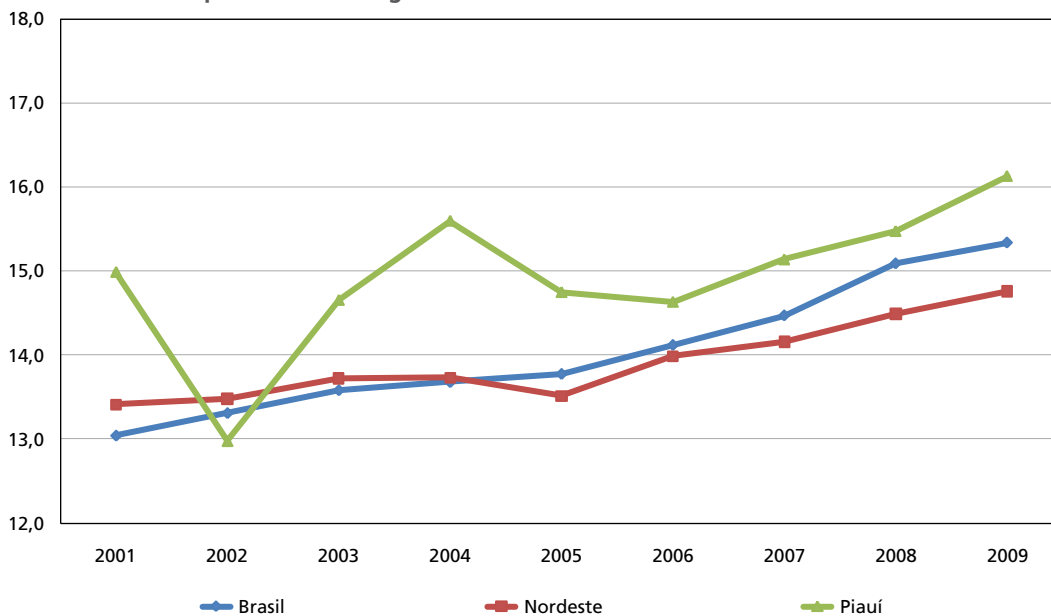
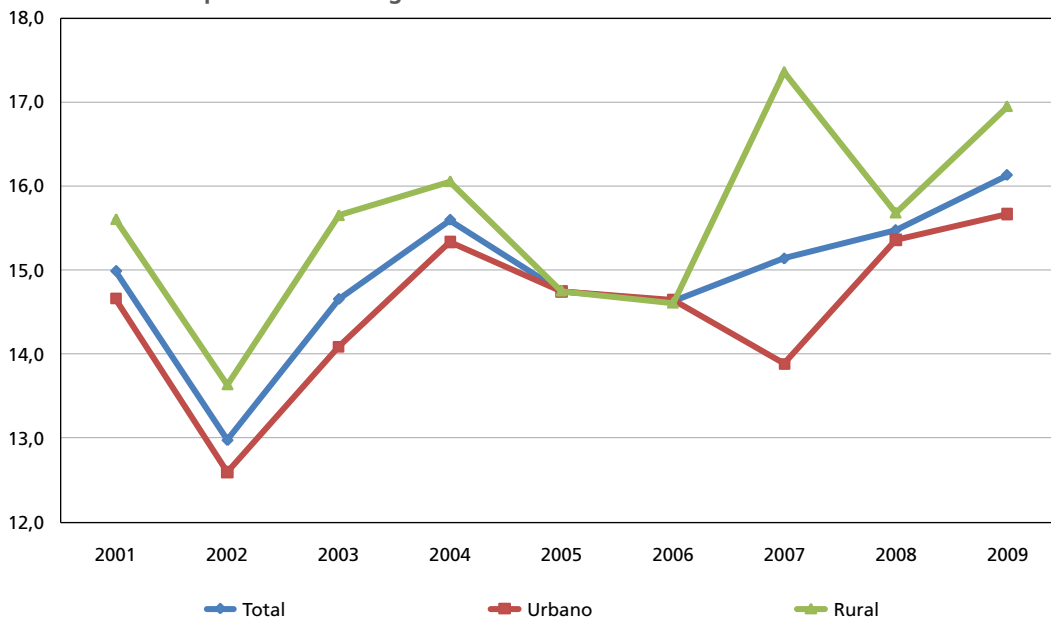


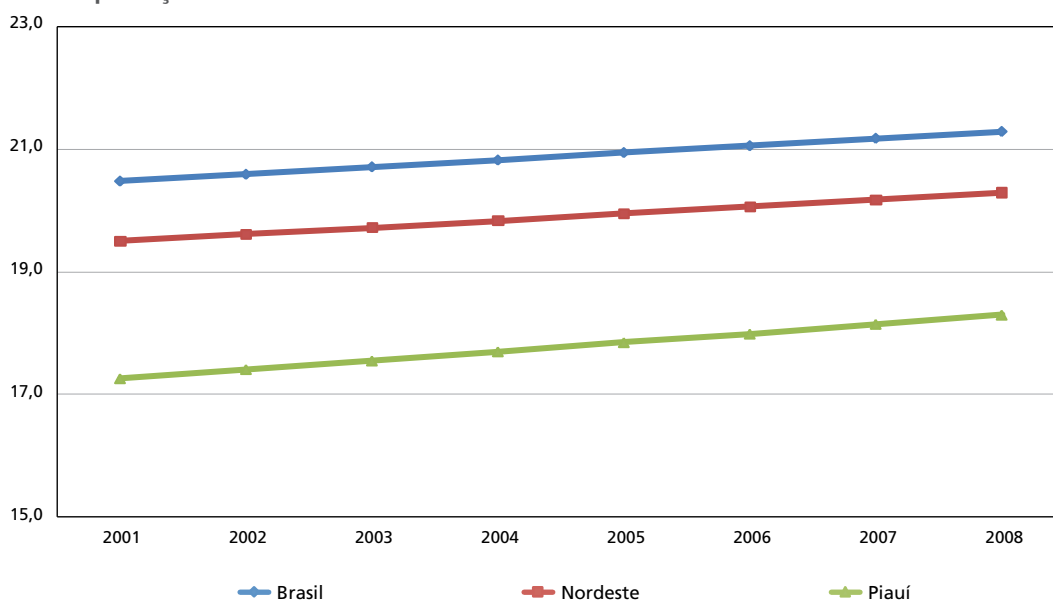
GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Piauí



PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população idosa do Piauí vive de maneira mais precária que os demais cidadãos nordestinos e brasileiros. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos² – trata-se de estimativa de quantos anos mais uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um piauiense, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 17,3 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 18,3 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um nordestino, de 19,5 e 20,3 anos.

GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade



Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.³ O fato de que esses índices são mais pujantes no Piauí vem confirmar, por um lado, a perspectiva de que a população piauiense encontra-se em condição mais vulnerável e, por outro, mostra a abrangência da atuação do Estado na seguridade social. Em 2001,

2. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

3. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso.

enquanto 77,4% da população idosa do Brasil e 82,5% da nordestina eram cobertas pela previdência social, no Piauí, essa cifra era de 90,9%. Em 2009, esses totais passaram a ser de 77,4%, 80,4% e 86,7%, respectivamente.

Com relação à população rural do Piauí, os índices são ainda mais eloquentes, sendo a cobertura de 97,9% em 2001, passando a 94,1% em 2009.

GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa

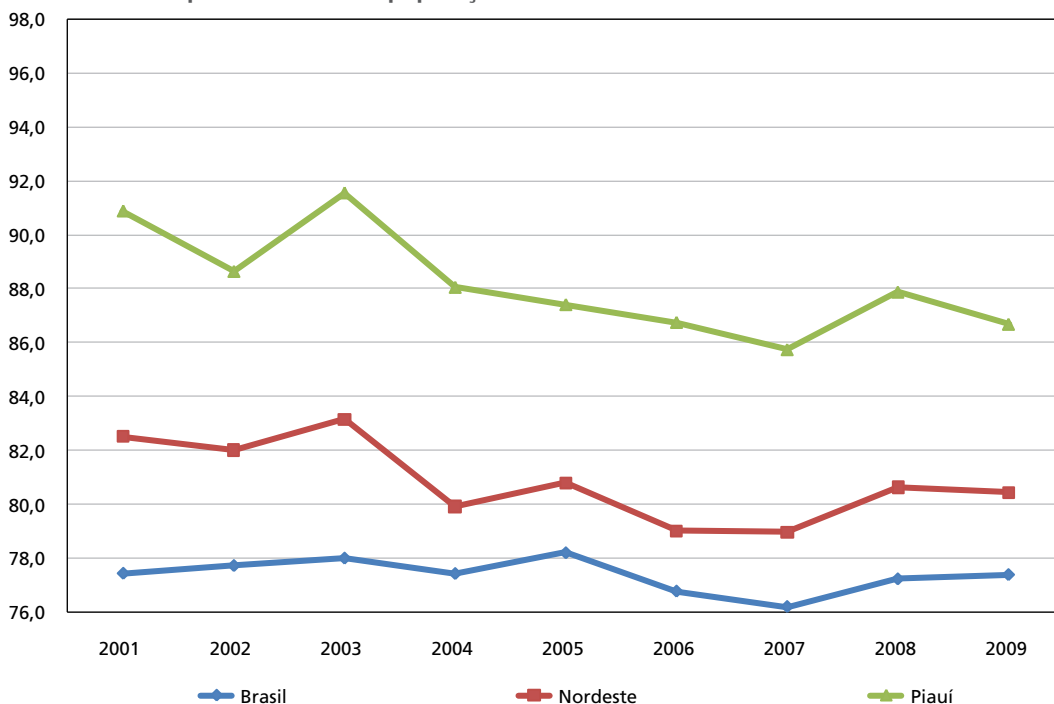
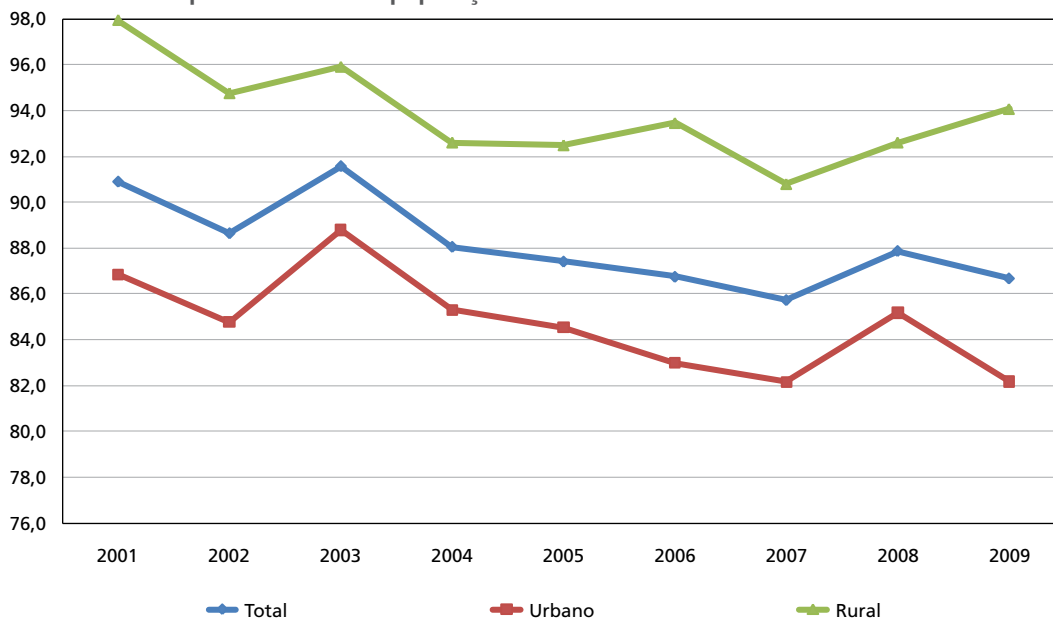


GRÁFICO 6
Cobertura previdenciária da população idosa – Piauí



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7 em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Nordeste passou de R\$ 278,2 para R\$ 395,5 (aumento real de 42,1%). No caso do Piauí, o indicador era de R\$ 254,8, em 2001, elevando-se para R\$ 394,6, em 2009. Com esse aumento de 54,9% ao longo do período, o estado chegou a igualar-se à renda dos nordestinos como um todo.

No Piauí, as desigualdades de renda média diminuíram um pouco, uma vez que a renda domiciliar *per capita* da zona rural teve crescimento de 68,3%, superior ao observado na urbana, passando de R\$ 117,5 em 2001 para R\$ 197,9 em 2009.

Ainda assim, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção. Por mais que se argumente que a economia das cidades é mais monetizada do que a rural, diferenciais tão acentuados de renda são, no mínimo, desafiantes para as políticas sociais. Em suma, apesar do melhor desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Piauí ainda apresenta patamares muito inferiores ao nacional, sendo que, na zona rural, a situação chega a ser mais precária.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
 (Em R\$)

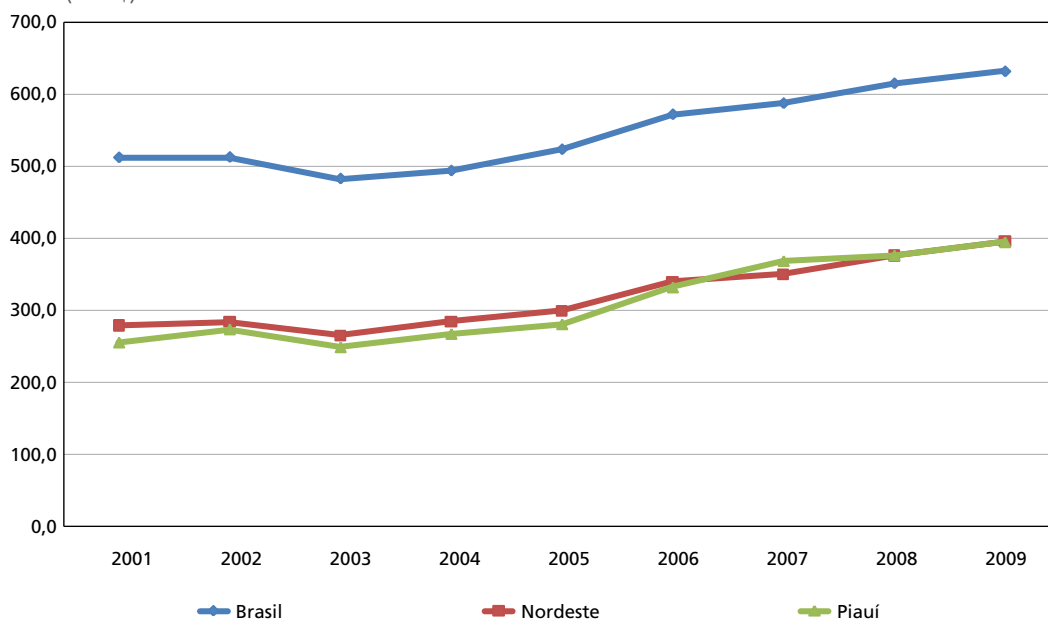
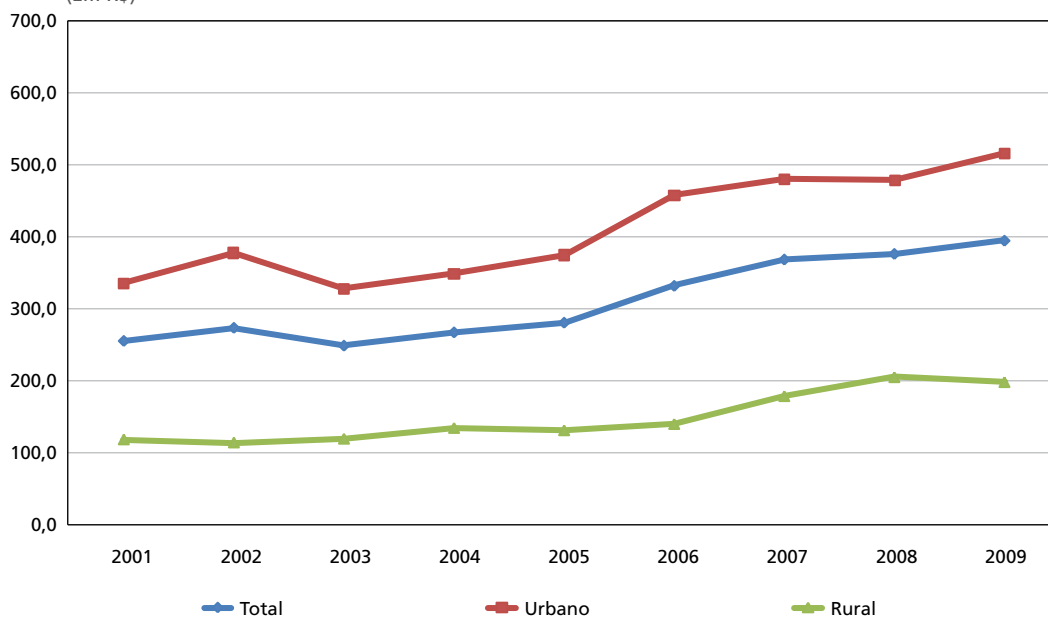


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Piauí
 (Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)⁴ –, o Piauí apresenta tendência de queda. Em 2001, 26,1% da população vivia em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 10,2%, em 2009. Comparativamente ao ocorrido na região Nordeste, essa trajetória foi satisfatória. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 21,7% para 11%. Entretanto, a comparação com o Brasil demonstra ainda uma clara situação de desvantagem. Os índices nacionais são 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Piauí (43,2% em 2001 e 18,3% em 2009) acompanham, em linhas gerais, a tendência observada no resto do estado. Isso pode ser atribuído às transferências governamentais,

4. Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial, para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

que contribuem para mitigar a miséria no campo e para minimizar as discrepâncias entre as condições de vida das populações extremamente pobres, nas zonas rurais e urbanas.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza
 (Em %)

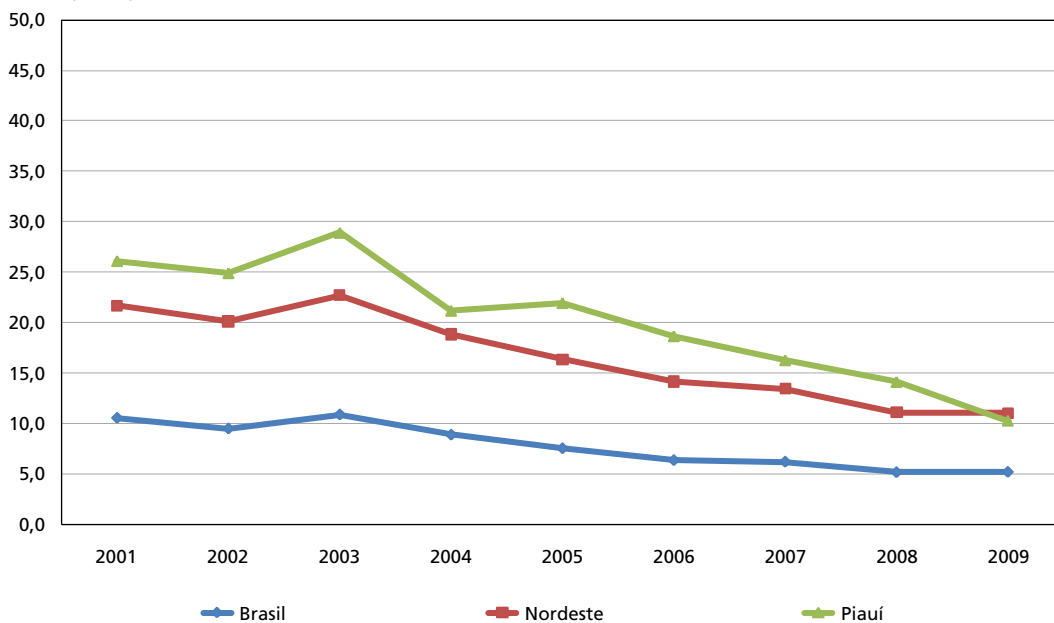
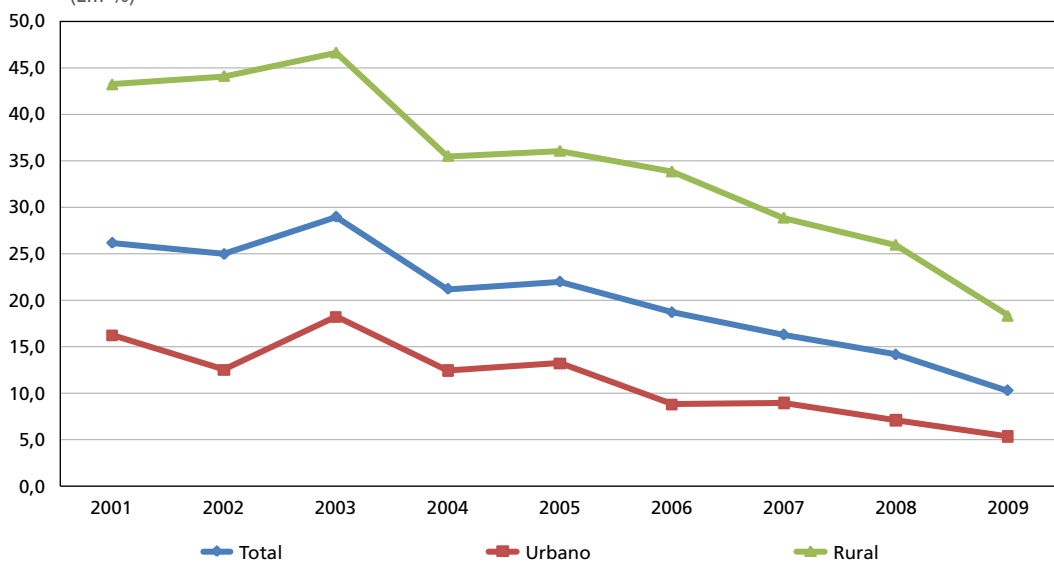
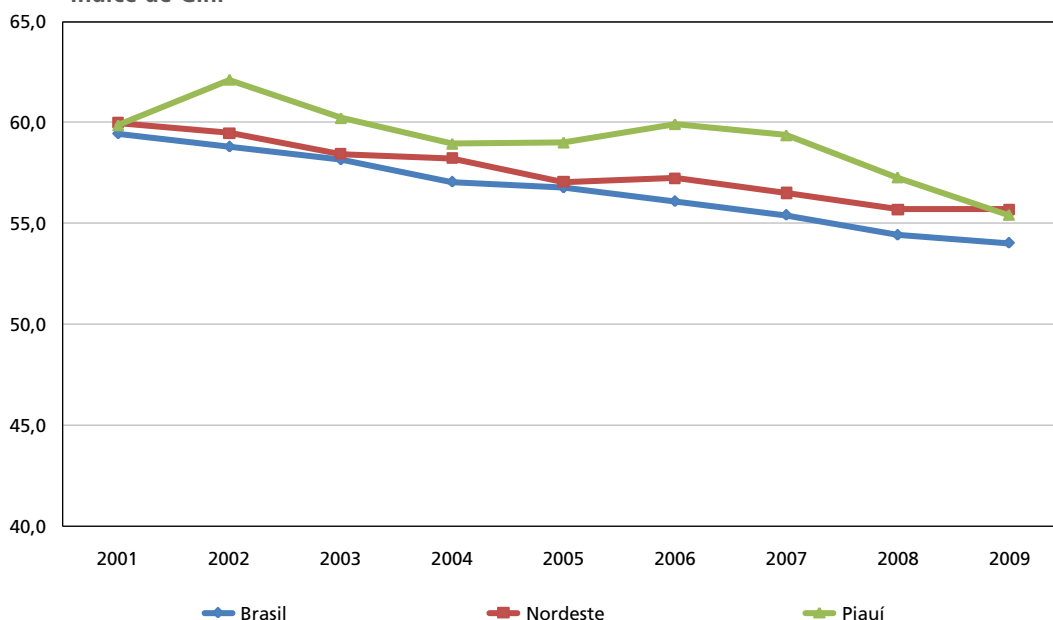


GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Piauí
 (Em %)



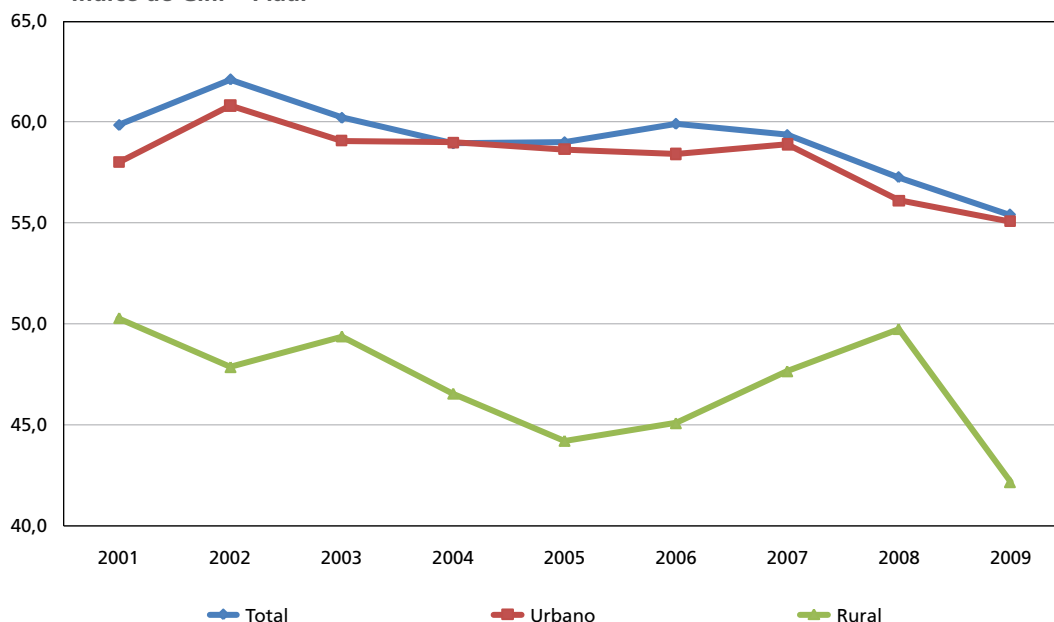
A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a nordestina superior à nacional. O Piauí apresentou, durante toda a década, desigualdade ainda maior que a nordestina, exceto em 2009. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.

GRÁFICO 11
Índice de Gini



5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p.) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

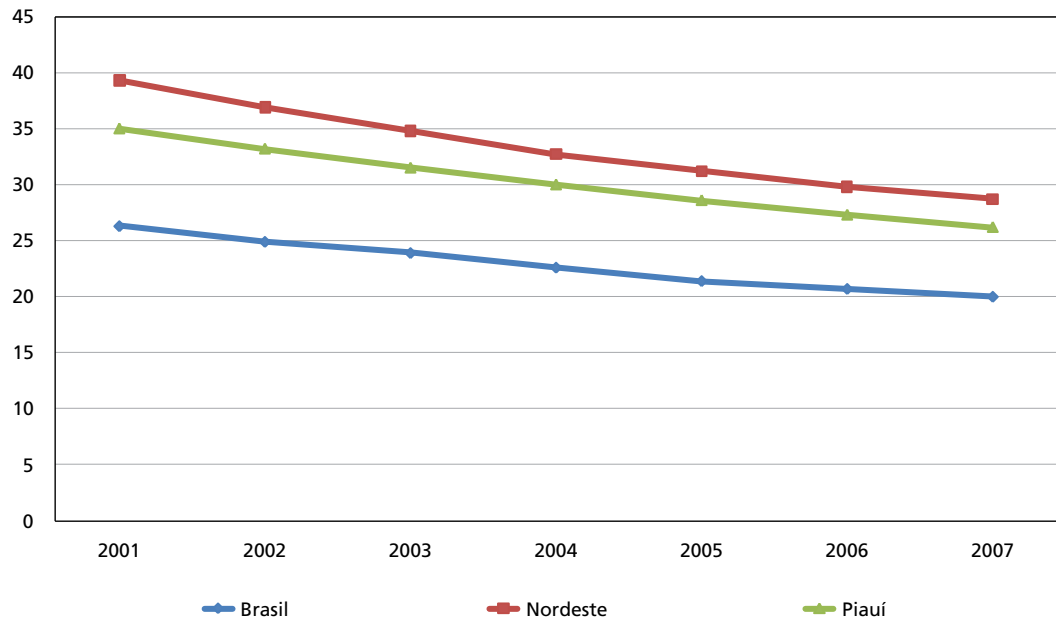
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Piauí



SAÚDE

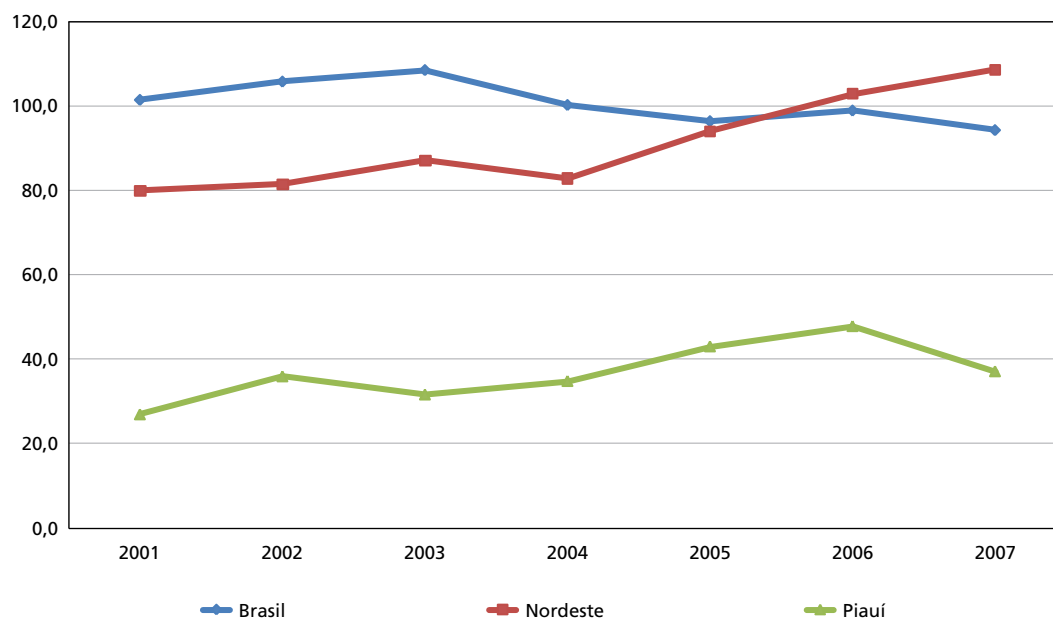
A mortalidade infantil no Piauí tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 35, caindo para 26,2, em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se, por um lado, em situação desfavorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais baixos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. Por outro lado, o Piauí apresenta-se em vantagem, comparativamente ao quadro apresentado na região Nordeste, onde as taxas foram de 39,3 e 28,7, em 2001 e 2007, respectivamente.

GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007. Apesar de demonstrar médias menores que as nacionais, o Piauí vem seguindo tendência oposta: em vez de diminuição, tem-se assistido a um crescimento desses homicídios ao longo dos anos; em 2001, a taxa era de 26,9, subindo para 37,1, em 2007. Esse crescimento pode ser visto como uma fração do que ocorre no Nordeste, já que os índices regionais apresentam escalada de ascensão – tanto em termos da magnitude dos indicadores como da sua velocidade de crescimento (79,9 e 108,6, em 2001 e 2007, respectivamente).

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas), e outros.⁶

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

No Piauí a parcela da renda correspondente à seguridade (29,2% em 2009) é superior à do Brasil (20,7% em 2009). Entre os moradores da zona rural, esses percentuais são ainda maiores: 47,9% no Piauí e 29,2% no Brasil. A evolução entre 2001 e 2009 mostra, no entanto, uma situação curiosa: enquanto no Brasil houve aumento de 13,4% no indicador – o que corresponde a 2,4 p.p. –, no Piauí houve pequena queda de 0,8% – ou 0,2 p.p. Este resultado está matizado pelas características da população urbana, uma vez que na zona rural piauiense o crescimento foi de 17,9%, maior do que o nacional.

No entanto, o significativo aumento da renda domiciliar *per capita* observado na zona rural do Piauí não se deveu apenas às políticas de transferência; adveio também da sua pujança econômica.

GRÁFICO 15
Transferências na renda
(Em %)

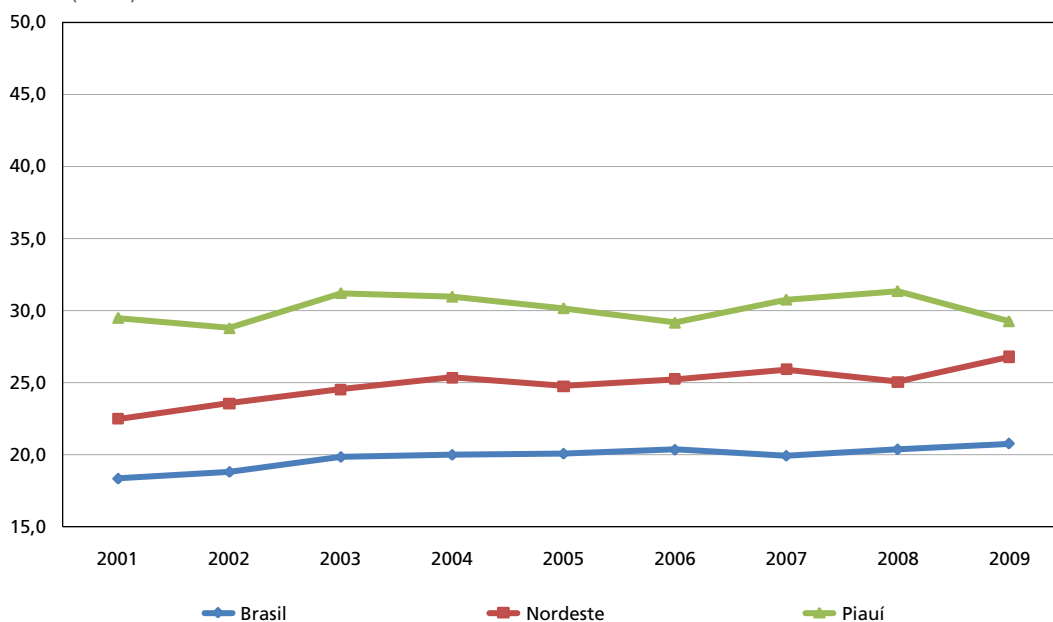
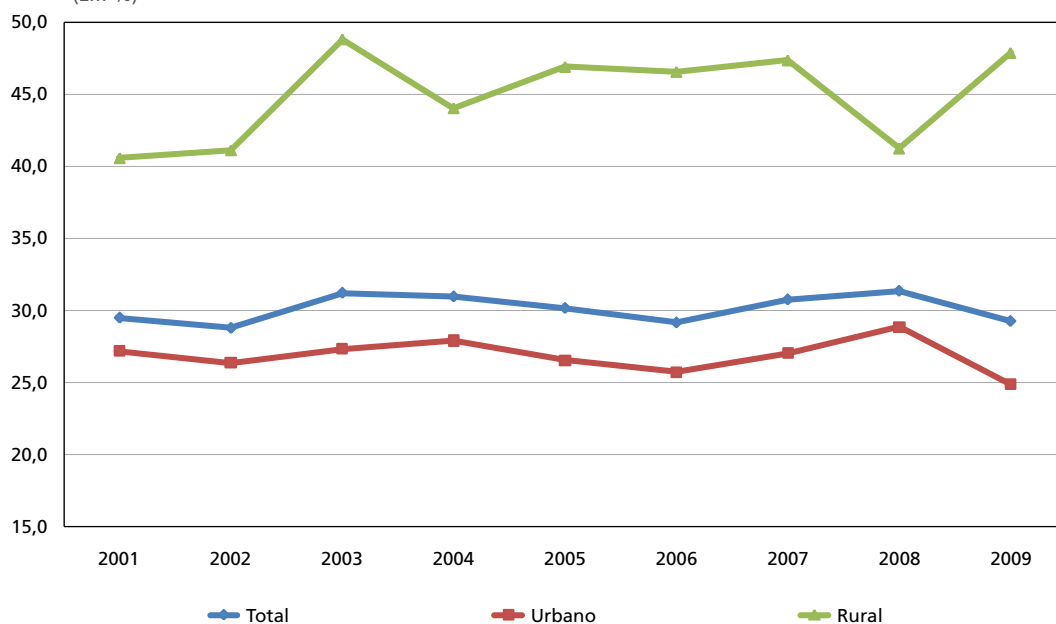


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Piauí

(Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no Piauí encontra-se em melhor situação do que na região Nordeste e no Brasil. Em 2001, ela era de 5,8%, tendo caído para 4,3%, em 2009. No Nordeste, essas taxas foram de 8,9% tanto em 2001 como em 2009; para o Brasil, apresentaram-se as taxas de 9,2% e 8,2%, respectivamente.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

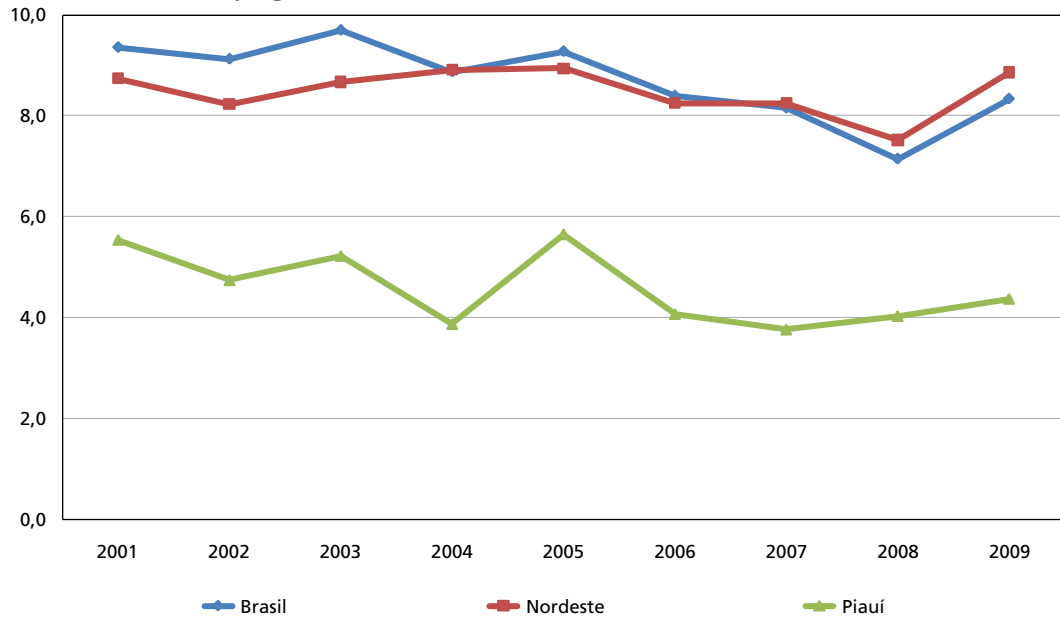
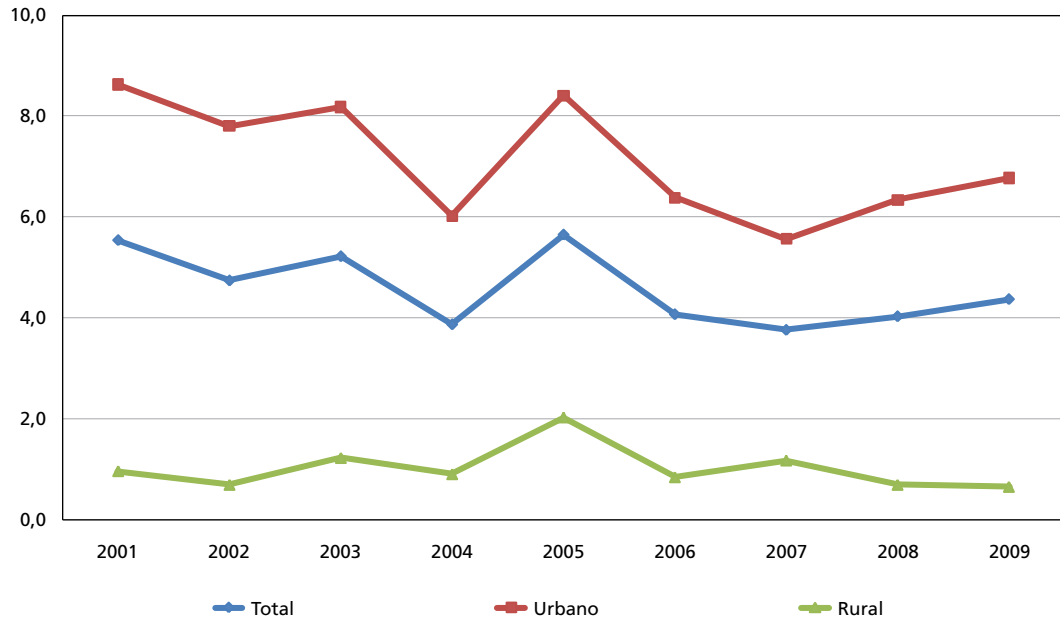
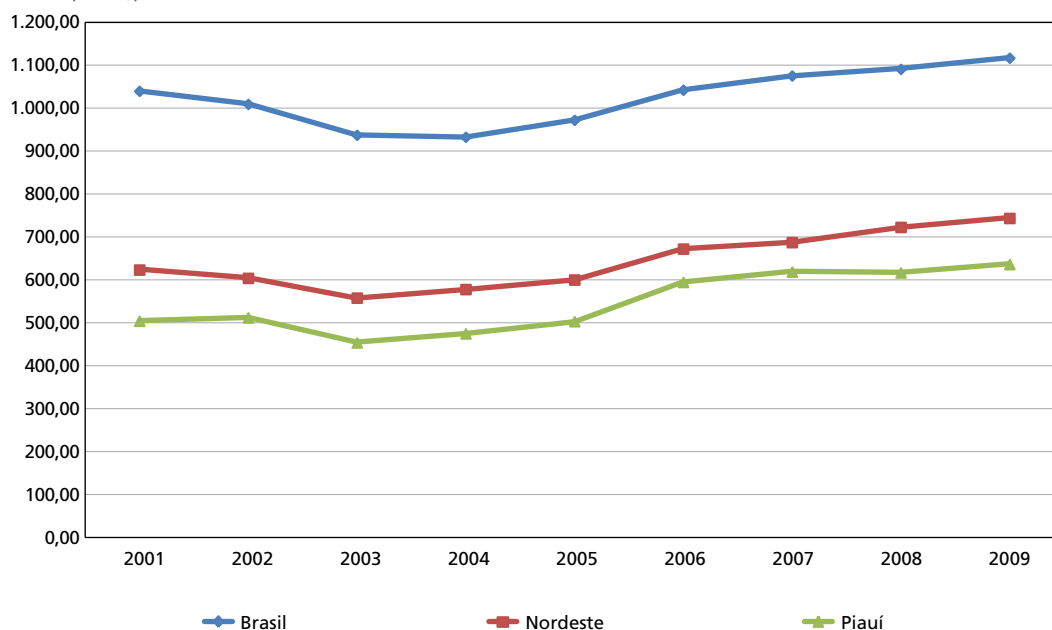


GRÁFICO 18
Taxa de desemprego – Piauí



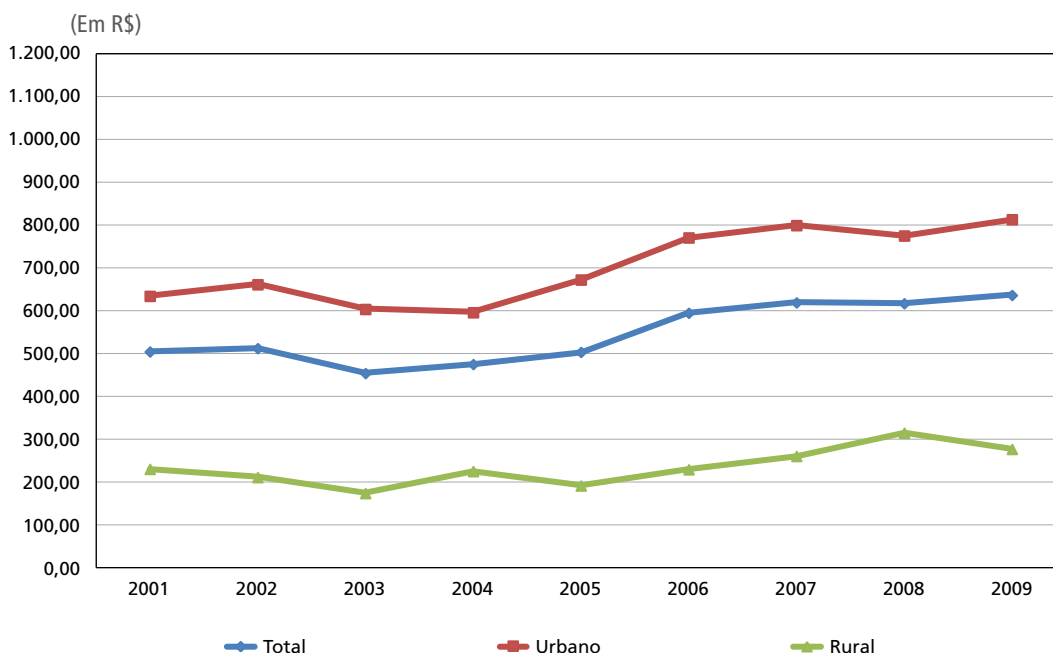
Esse resultado se deve basicamente ao forte desempenho rural do Piauí. Essa característica traz consigo o principal problema a ser enfrentado pelo estado: a baixa qualidade dos postos de trabalho tanto em termos da precariedade das ocupações como da remuneração. Nesses aspectos, o Piauí encontra-se em situação bastante desfavorável relativamente à média nacional e mesmo à nordestina. O rendimento médio do trabalho⁷ no Piauí foi de R\$ 504,34 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,41 e, no Nordeste, de R\$ 623,49) e em 2009 aumentou para R\$ 636,21 (Brasil: R\$ 1.116,39; Nordeste: R\$ 743,56).

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho
(Em R\$)



7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Piauí



Esse problema se revela ainda mais acentuado quando se trata da zona rural. No estado, o rendimento do trabalho rural era de R\$ 230,45 em 2001, e de R\$ 277,04 em 2009. Há defasagem de rendimentos não apenas em relação aos trabalhadores urbanos, no próprio Piauí, mas também em relação às médias rurais nacionais (R\$ 488,46 e R\$ 625,45) e nordestinas (R\$ 314,45 e R\$ 388,32), naqueles anos.

EDUCAÇÃO

O Piauí tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, menor do que a nordestina e do que a nacional em todos os anos, de 2001 a 2009. No estado, essas médias são de 4,4 e 5,8 anos de estudo, enquanto, para a região, elas são de 4,9 e 6,3 anos e, para o país, de 6,4 e 7,5 anos, respectivamente. Entretanto, se considerarmos o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que o Piauí teve desempenho (31%) superior ao nacional (18,7%) e ao nordestino (29,1%). Ainda assim, a população rural do Piauí encontrava-se, em 2009, com escolaridade muito baixa: 3,4 anos de estudo.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

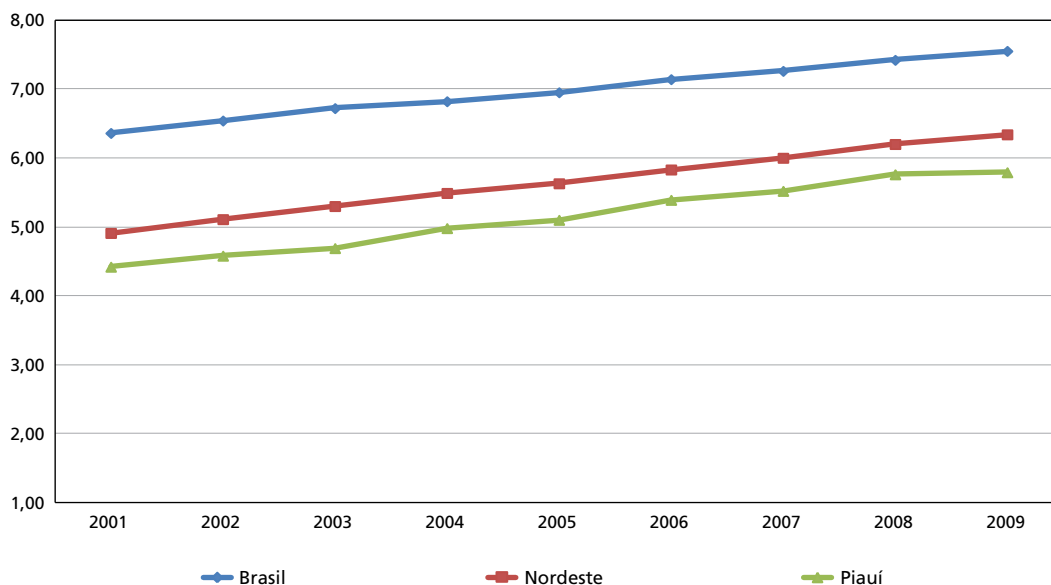
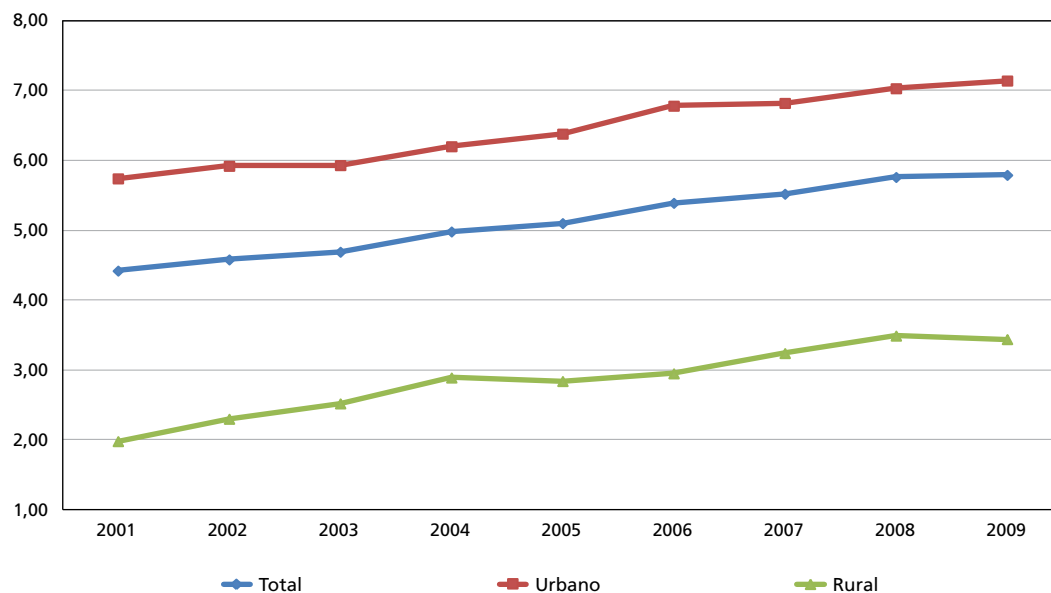


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Piauí



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, o Piauí também apresenta padrões inferiores, relativamente à média nacional e à nordestina. Em 2001, 29,4% dos piauienses eram analfabetos, contra 24,2% dos nordestinos

e 12,4% dos brasileiros. Em 2009, apesar dos avanços, essa situação de desvantagem permaneceu: os analfabetos compunham 23,4% da população do Piauí, enquanto, no Nordeste e no Brasil, eles representavam 18,7% e 9,7% das pessoas, respectivamente.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

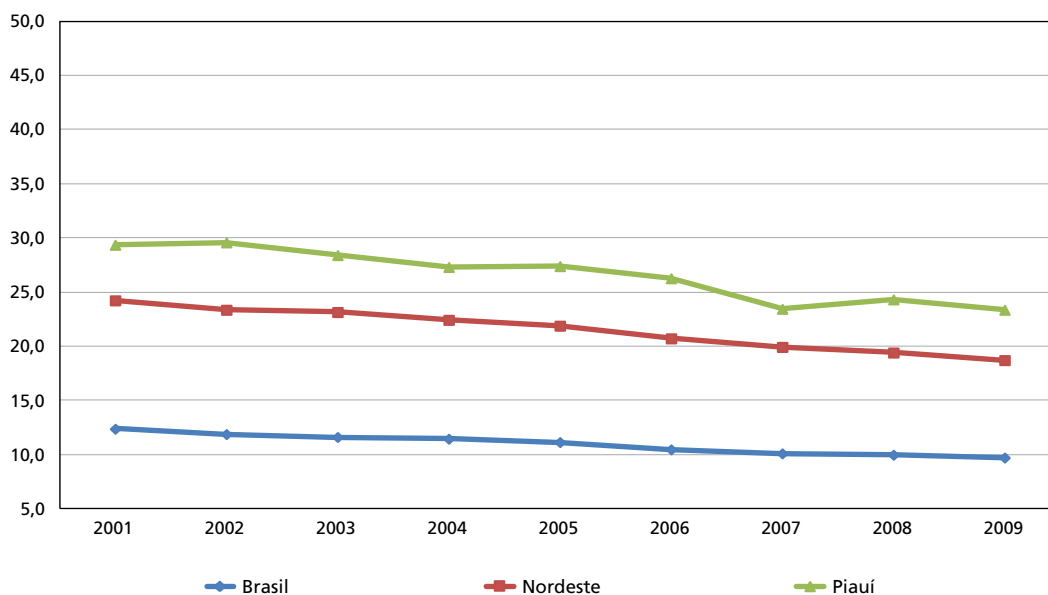
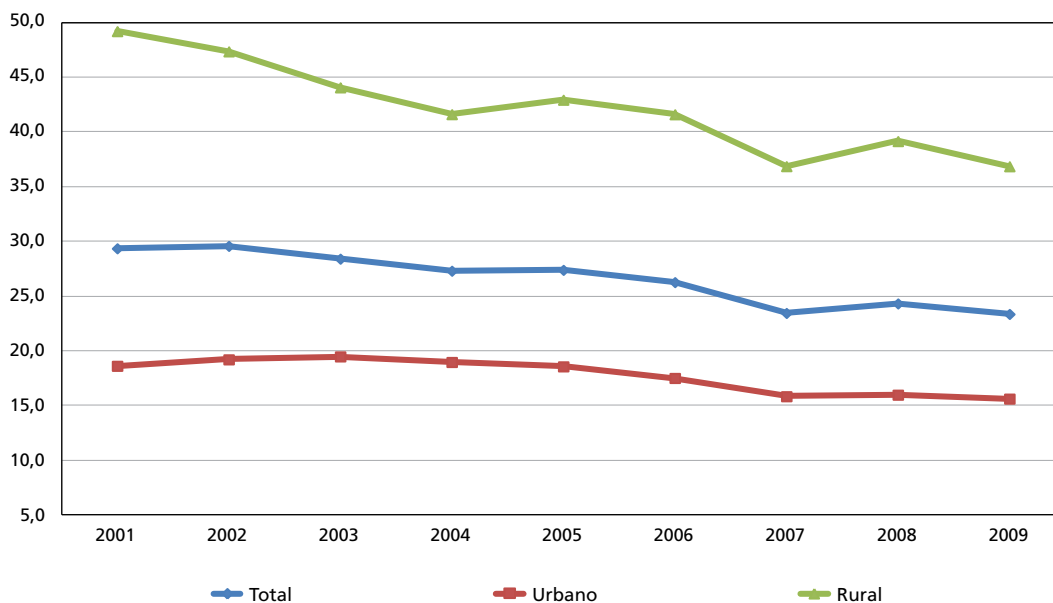


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Piauí



A situação se torna ainda mais séria quando se focalizam os índices referentes às populações rurais do Piauí. Ainda que as tendências de queda tenham sido mais intensas nessas zonas, os patamares continuam alarmantes. A taxa de analfabetismo passou de 49,2%, em 2001, para 36,9%, em 2009.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

No Piauí, acessos adequados a abastecimento de água estão aquém da média nacional e da nordestina. Além disso, as disparidades entre as áreas rurais e urbanas revelam desigualdades ainda preocupantes.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 81,4%, em 2001, para 87,7%, em 2009. As diferenças regionais, apesar de diminuírem no período, ainda são elevadas e, notadamente no caso do Piauí, mais de 30% de sua população continuavam sem esse atendimento em 2009. Esse baixo valor médio deve-se basicamente à zona rural, onde o percentual de cobertura era de 39,7% em 2009.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água
(Em %)

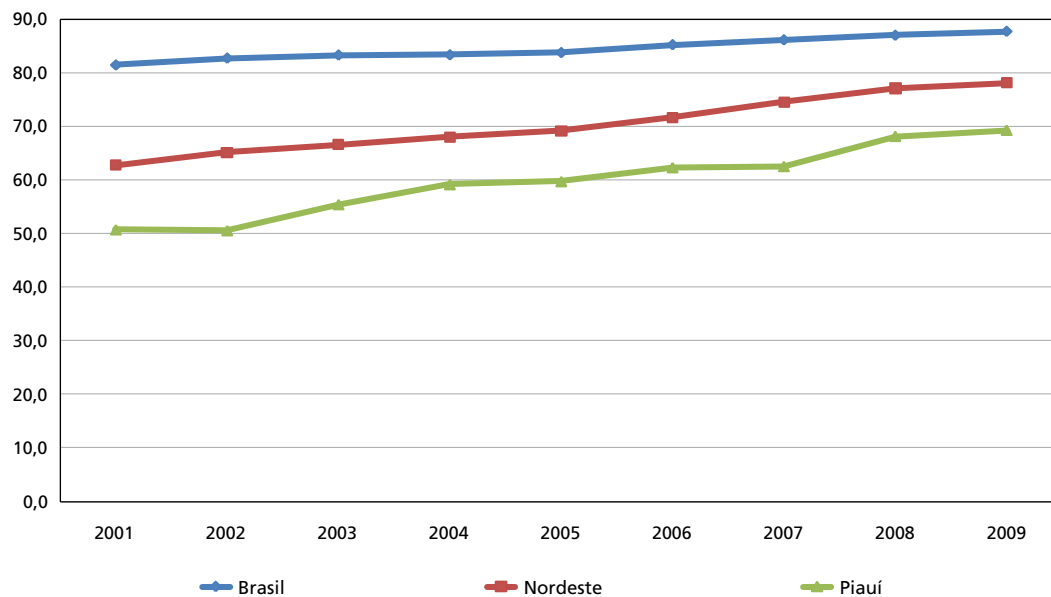
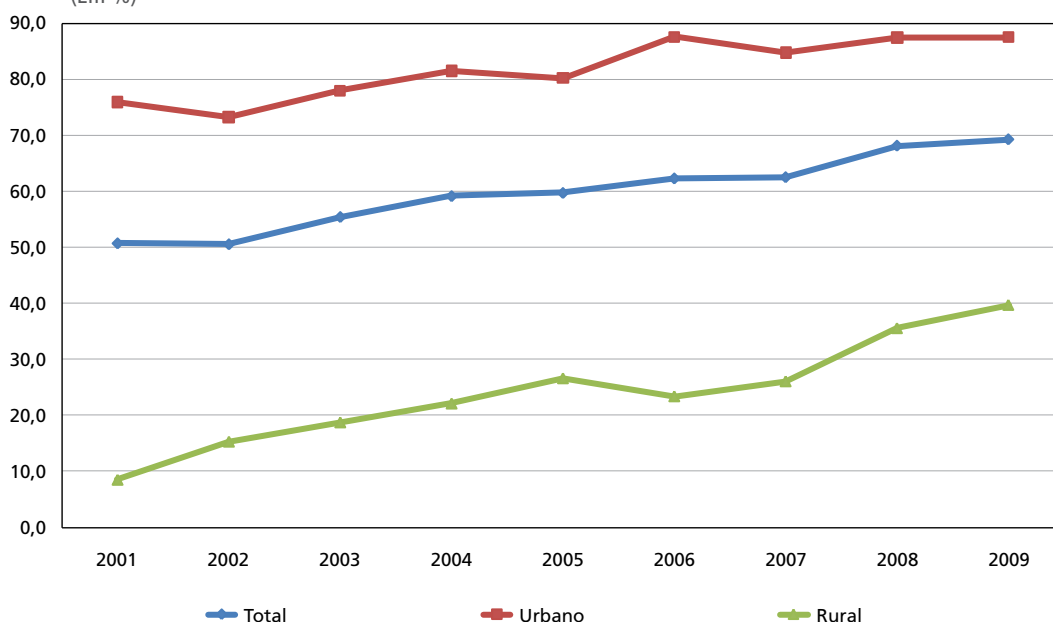


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Piauí

(Em %)



Outro importante indicador de qualidade dos serviços públicos de saneamento é o esgotamento sanitário dos banheiros do domicílio. Em domicílios urbanos é saudável que se tenha rede coletora, mesmo depois da fossa séptica. No caso de domicílios rurais, não é necessário que se tenha rede coletora, mas deve-se ter pelo menos fossa séptica para que o esgotamento seja adequado, pois fossa rudimentar é um meio extremamente insalubre de esgotamento. Utilizando esses conceitos encontramos uma situação muito curiosa no Piauí: a população rural encontra-se em situação muito melhor do que a urbana, ao contrário do que ocorre na média nacional e também nordestina.

GRÁFICO 27
Esgotamento sanitário adequado

(Em %)

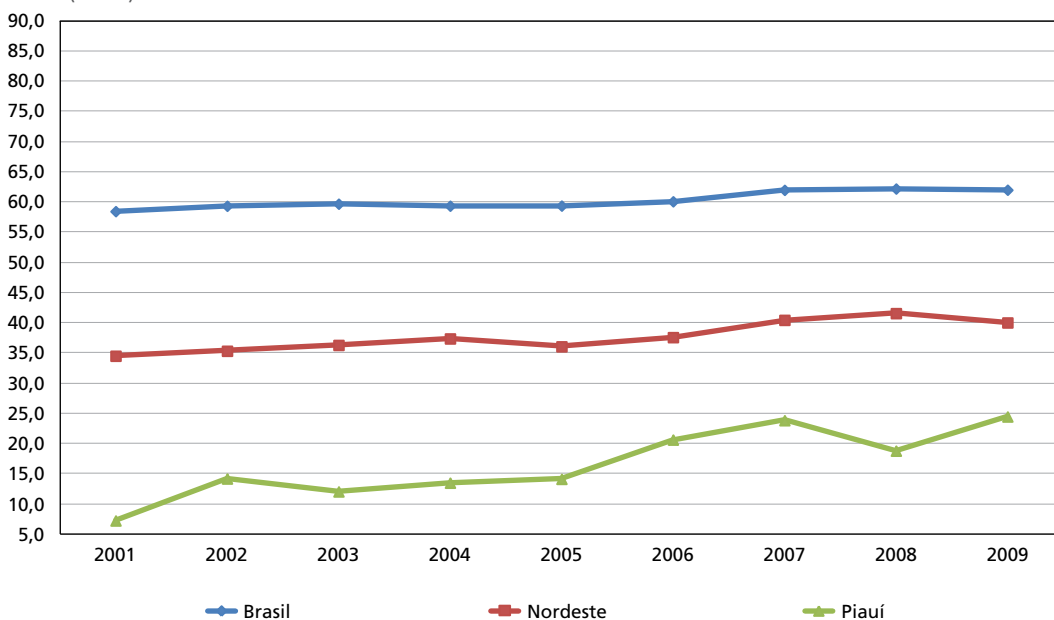
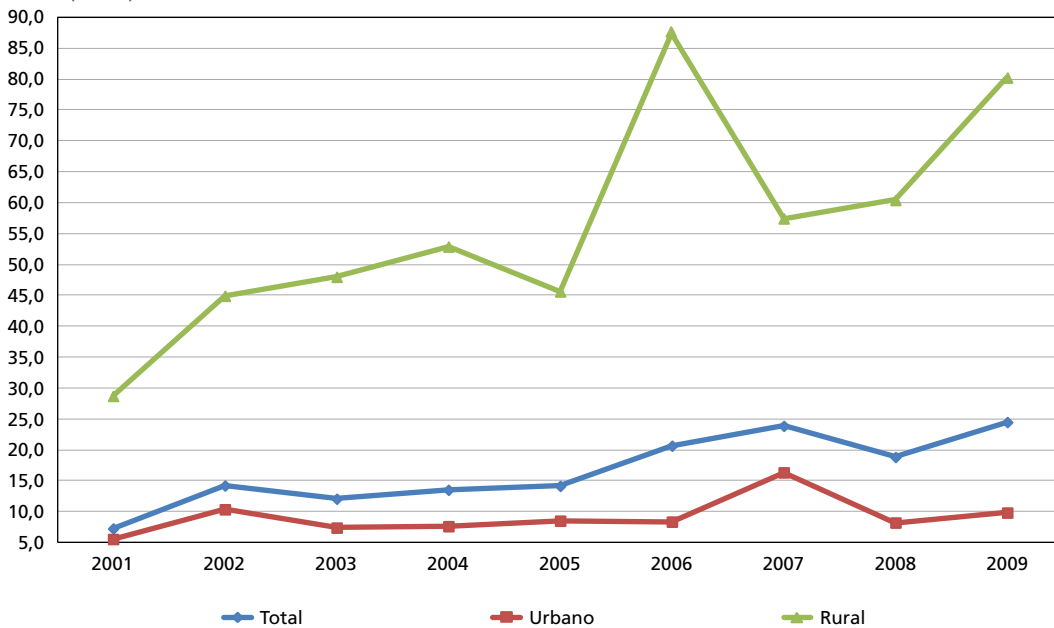


GRÁFICO 28
Esgotamento sanitário adequado – Piauí

(Em %)



Apenas 10% da população urbana piauiense viviam em domicílios com esgotamento adequado, em 2009. Essa é a menor média entre todos os estados do Nordeste. Enquanto isso, na área rural nada menos de 80,2% da população já tinham fossa séptica, contra uma média nacional de 30,8% e nordestina de 23,2%. Os governos piauienses têm sido muito eficientes em construir fossas sépticas, mas fortemente ineficazes em fazer redes coletoras nas áreas urbanas.

Com relação à energia elétrica, o Piauí encontra-se em pior situação do que o Nordeste como um todo, e ainda aquém da média brasileira. Este serviço está caminhando para a universalização, mas, na zona rural do Piauí, 20% da população ainda estão no escuro.

GRÁFICO 29
Acesso à energia elétrica
(Em %)

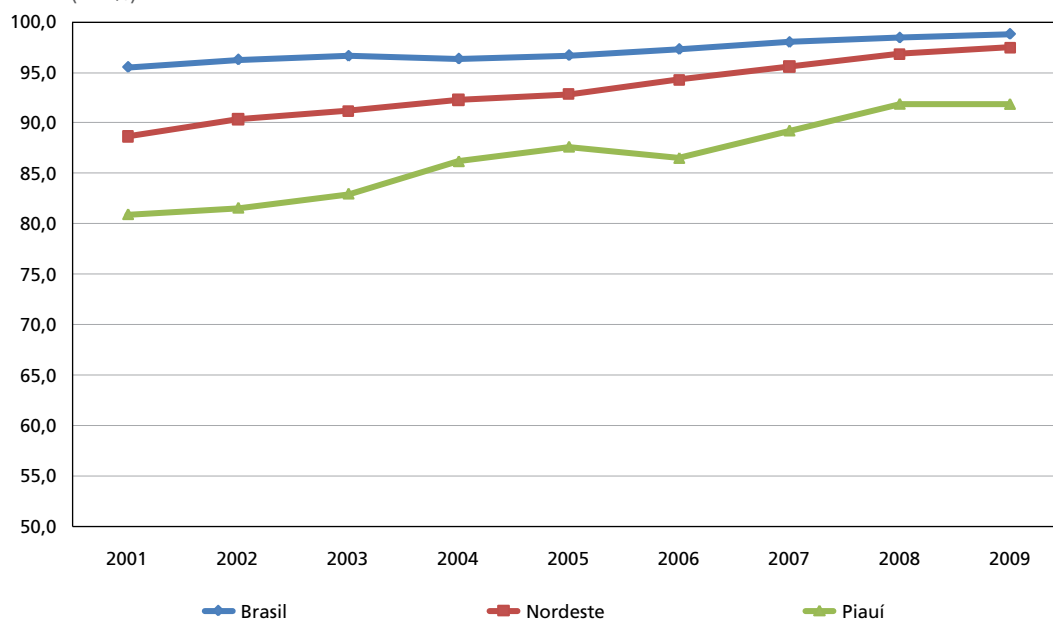
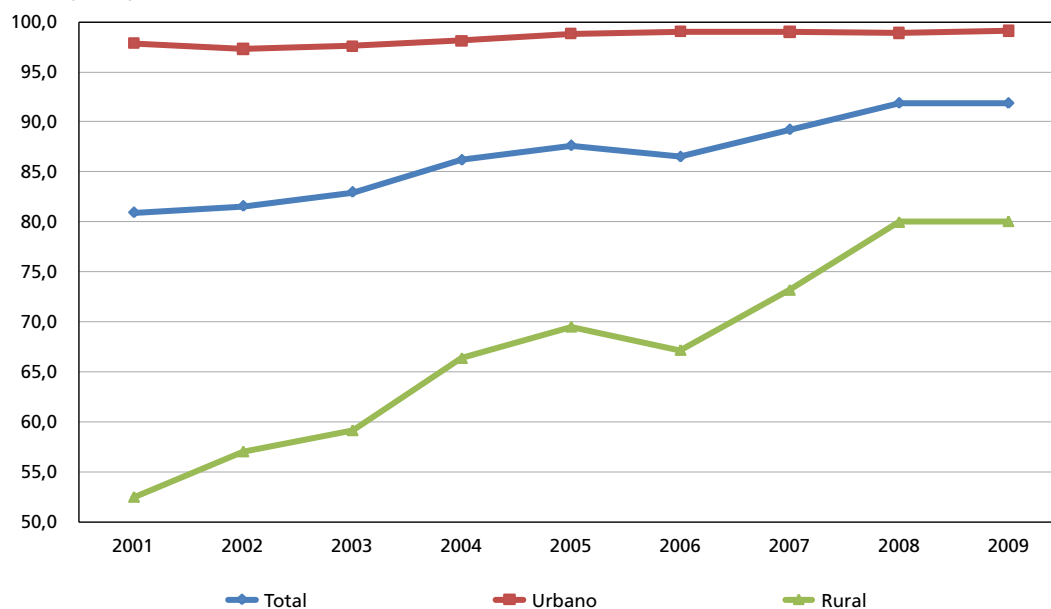


GRÁFICO 30
Acesso à energia elétrica – Piauí
 (Em %)



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, diferenças expressivas entre a média nacional e a nordestina, revelando desigualdades regionais fortes nesses aspectos. No Piauí, as diferenças entre os espaços rurais e urbanos são ainda acentuadas.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. As trajetórias do Nordeste e do Piauí seguem de perto a nacional, chegando, em 2009, à cobertura de 69,7% e 57,6%, respectivamente.

No Piauí, ainda há fortes desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais. No caso da população rural, a situação é mais acirrada, pois não possui telefone fixo e apenas 30% dos domicílios dispõem de telefone celular. Os demais 70% vivem, pois, uma restrição de comunicação que beira o isolamento.

GRÁFICO 31
Telefone celular no domicílio
 (Em %)

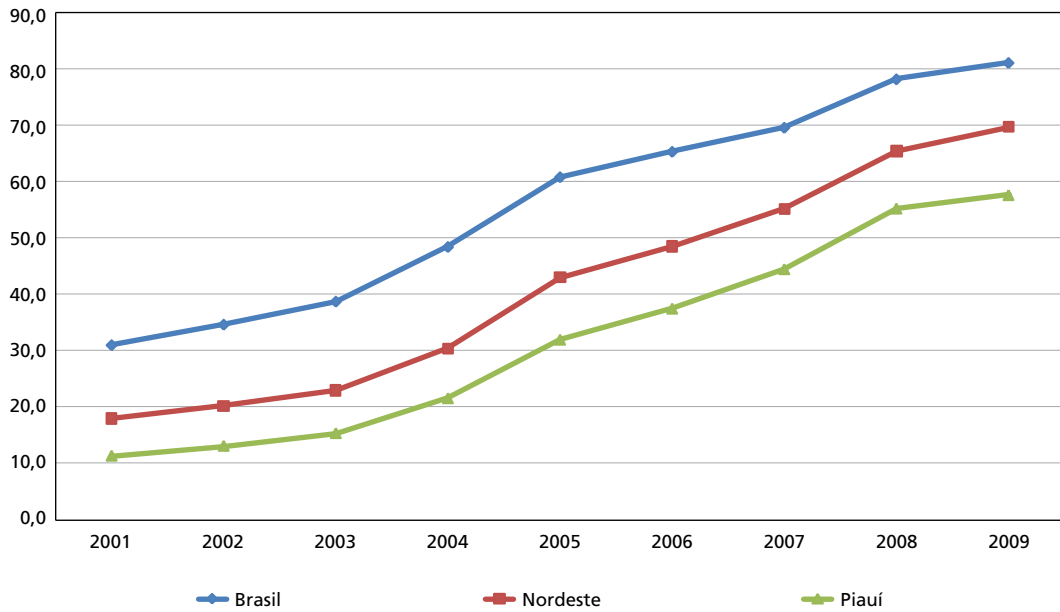
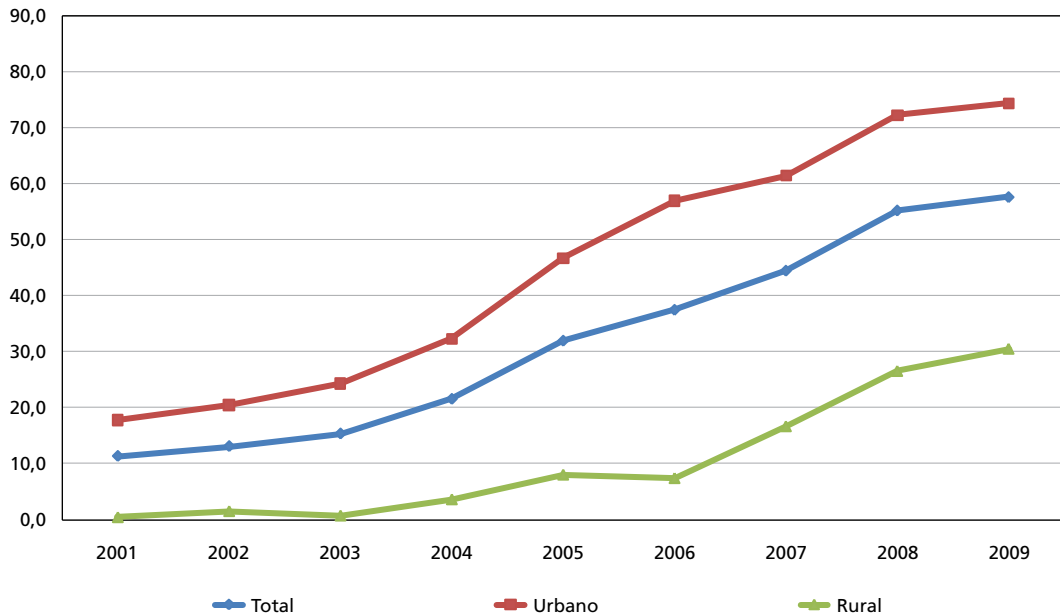


GRÁFICO 32
Telefone celular no domicílio – Piauí
 (Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de expansão do seu acesso nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. As diferenças regionais são intensas e, no Piauí, a internet no domicílio ainda é um evento raro, sendo a taxa de acesso de 18,1% para a população urbana e, para a rural, o acesso ainda é praticamente nulo.

GRÁFICO 33
Acesso à internet
 (Em %)

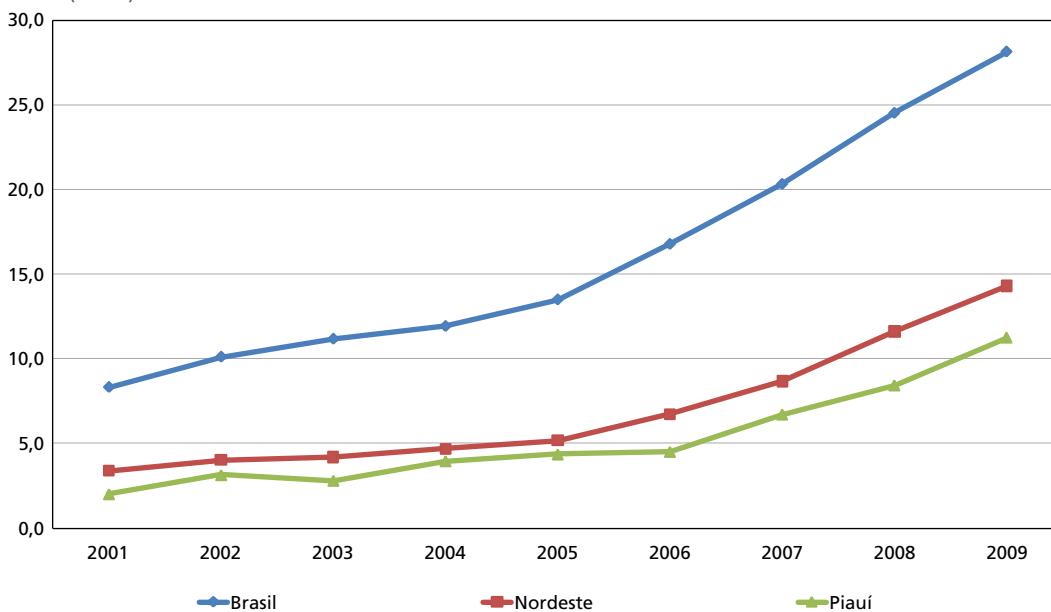
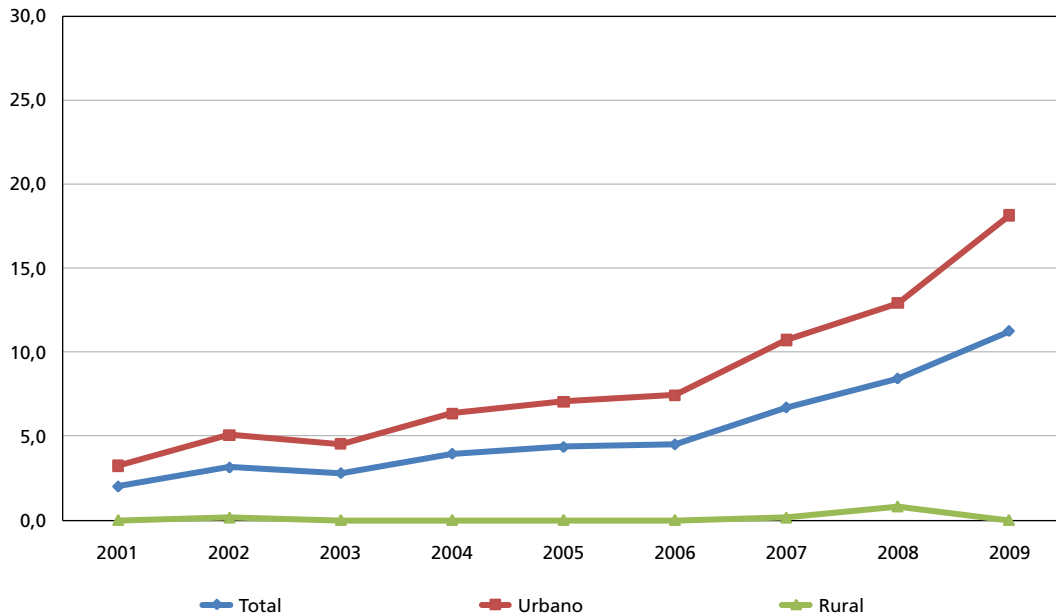


GRÁFICO 34
Acesso à internet – Piauí

(Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
População residente	Brasil	Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573	
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907	160.781.907
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.771.465	30.696.666
Nordeste	Nordeste	Total	48.989.746	49.723.967	50.390.334	51.061.270	51.719.091	52.278.167	52.892.614	53.427.404	53.929.729	53.929.729
		Urbano	34.532.139	35.109.936	35.716.965	36.527.468	36.606.503	37.360.073	37.959.327	38.685.748	38.685.748	39.225.077
		Rural	14.457.607	14.614.031	14.673.369	14.533.802	15.112.588	14.918.094	14.933.287	14.741.656	14.741.656	14.704.652
Piauí	Piauí	Total	2.911.368	2.958.689	2.996.971	3.030.438	3.067.302	3.098.063	3.133.069	3.161.275	3.193.209	3.193.209
		Urbano	1.825.113	1.802.981	1.856.831	1.890.309	1.895.981	1.879.436	1.946.852	1.987.326	1.987.326	1.976.846
		Rural	1.086.255	1.155.708	1.140.140	1.140.129	1.171.321	1.218.627	1.186.217	1.173.949	1.173.949	1.216.363
Brasil	Brasil	Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de fecundidade	Nordeste	Total	2,55	2,45	2,36	2,29	2,23	2,17	2,12	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	Piauí	Total	2,57	2,50	2,43	2,37	2,31	2,26	2,22	-	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
		Urbano	42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
		Rural	55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)		Total	53,23	50,82	49,35	47,52	46,36	45,30	43,86	42,43	41,16
		Urbano	48,98	46,94	45,64	44,17	42,76	41,93	41,06	39,67	38,65
		Rural	64,43	61,03	59,24	56,66	55,85	54,48	51,50	50,22	48,34
Piauí		Total	53,20	49,80	48,45	45,56	46,20	44,68	41,28	40,35	41,21
		Urbano	47,49	44,62	44,33	43,14	41,68	37,08	37,34	37,31	36,69
		Rural	63,84	58,67	55,69	49,76	54,15	58,23	48,27	45,81	49,23
Brasil		Total	13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
		Urbano	12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07
		Rural	15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)		Total	13,41	13,48	13,72	13,73	13,51	13,99	14,16	14,49	14,76
		Urbano	12,52	12,84	13,06	13,11	13,03	13,42	13,40	13,65	13,98
		Rural	15,75	15,15	15,50	15,42	14,78	15,55	16,23	16,86	16,98
Piauí		Total	14,99	12,98	14,65	15,60	14,75	14,63	15,14	15,47	16,13
		Urbano	14,66	12,59	14,09	15,33	14,75	14,65	13,88	15,36	15,67
		Rural	15,60	13,63	15,65	16,05	14,75	14,61	17,35	15,68	16,95
Brasil		Total									
		Urbano									
		Rural									
Saldo migratório		Total	-175,216	-79,217	-93,958	-49,150	-5,752	-14,019	-47,372	-148,740	-164,482
		Urbano									
		Rural									
Piauí		Total	-31,314	10,643	-1,787	8,926	-13,061	-8,893	-3,470	-3,427	-28,932
		Urbano									
		Rural									

Fontes: PNADs 2001-2009/IBGE e Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 2
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
		Urbano	75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
		Rural	85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa		Total	82,51	82,00	83,15	79,90	80,78	79,00	78,96	80,62	80,43
	Nordeste		79,55	79,41	80,41	76,83	77,53	75,79	75,39	77,21	76,77
		Rural	88,73	87,78	89,30	87,02	88,34	86,54	87,01	88,41	89,03
Piuí		Total	90,88	88,64	91,55	88,05	87,41	86,75	85,74	87,87	86,68
		Urbano	86,85	84,77	88,79	85,30	84,53	82,99	82,16	85,18	82,17
		Rural	97,95	94,76	95,91	92,61	92,49	93,46	90,80	92,61	94,07
Brasil		Total	43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
		Urbano	48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	54,83	55,29
		Rural	16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)		Total	27,20	26,37	26,92	27,11	27,70	29,53	30,91	32,69	34,15
	Nordeste		35,16	34,02	34,43	34,41	35,08	37,24	38,59	40,19	41,38
		Rural	9,23	9,08	9,65	9,71	10,58	10,80	12,07	13,30	14,84
Piuí		Total	19,97	17,48	17,93	18,87	18,90	20,86	24,64	24,59	25,26
		Urbano	29,67	27,06	27,58	27,49	28,75	31,40	35,12	35,86	36,18
		Rural	4,50	3,89	4,03	6,19	4,69	5,04	8,78	7,75	7,66
Brasil		Total	20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esperança de vida aos 60 anos		Total	19,50	19,60	19,70	19,80	20,00	20,10	20,20	20,30	-
	Nordeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piuí		Total	17,30	17,40	17,60	17,70	17,90	18,00	18,20	18,30	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74
		Urbano	17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,14	19,64	20,01
		Rural	23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Nordeste	Total	22,46	23,54	24,49	25,32	24,72	25,22	25,88	25,01	26,77
		Urbano	20,95	22,10	22,72	23,43	22,64	22,80	22,98	22,31	24,23
		Rural	31,62	32,59	34,82	36,80	36,57	40,27	41,95	40,61	41,90
Piauí		Total	29,47	28,76	31,17	30,92	30,13	29,13	30,72	31,31	29,23
		Urbano	27,15	26,34	27,30	27,87	26,50	25,68	27,02	28,82	24,85
		Rural	40,58	41,13	48,80	44,04	46,89	46,55	47,34	41,24	47,86

Fontes: PNADS 2001-2009/IBGE e Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Extrema pobreza	Brasil	Total	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16
		Urbano	7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	3,55	3,70
		Rural	25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	13,11	12,64
Nordeste	Nordeste	Total	21,66	20,12	22,70	18,83	16,35	14,13	13,43	11,09	10,99
		Urbano	15,73	14,71	17,26	14,05	11,63	9,13	9,53	7,32	7,45
		Rural	36,00	33,14	36,00	30,87	27,81	26,60	23,41	20,97	20,44
Piauí	Piauí	Total	26,12	24,91	28,93	21,17	21,94	18,64	16,25	14,09	10,24
		Urbano	16,20	12,47	18,17	12,41	13,15	8,74	8,89	7,04	5,30
		Rural	43,16	44,07	46,58	35,48	36,02	33,81	28,84	25,93	18,29
Brasil	Brasil	Total	511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
		Urbano	569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
		Rural	210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
Renda domiciliar per capita (R\$)	Nordeste	Total	278,24	283,46	264,29	283,95	298,81	339,23	349,58	375,31	395,48
		Urbano	337,51	346,19	317,90	340,55	358,62	408,96	412,12	441,57	463,50
		Rural	134,78	132,48	133,29	141,53	153,36	165,13	189,83	201,61	208,52
Piauí	Piauí	Total	254,78	273,04	248,15	266,72	280,22	331,54	368,32	376,11	394,56
		Urbano	334,60	376,77	327,12	348,22	373,84	457,14	479,45	478,10	515,29
		Rural	117,54	113,26	118,53	133,63	130,34	139,12	178,22	204,78	197,87
Brasil	Brasil	Total	59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
		Urbano	58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	54,33	53,38	53,16
		Rural	53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini	Nordeste	Total	59,99	59,48	58,45	58,23	57,05	57,24	56,49	55,68	55,68
		Urbano	59,64	59,48	58,50	58,42	56,96	56,90	56,13	55,23	55,45
		Rural	48,99	45,37	46,74	45,20	45,85	45,89	48,54	47,55	46,32
Piauí	Piauí	Total	59,86	62,13	60,21	58,94	59,00	59,92	59,36	57,27	55,41
		Urbano	58,02	60,81	59,08	58,99	58,66	58,42	58,91	56,10	55,08
		Rural	50,29	47,86	49,38	46,55	44,21	45,08	47,65	49,75	42,16

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de mortalidade infantil	Nordeste	Total	39,30	36,90	34,80	32,70	31,20	29,80	28,70	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	Total	35,00	33,20	31,50	30,00	28,60	27,30	26,20	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Brasil		Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	Nordeste	Total	79,90	81,40	87,10	82,80	94,00	102,80	108,60	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	Total	26,90	35,90	31,60	34,80	43,00	47,80	37,10	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	9,20	8,96	9,59	8,75	9,13	8,28	7,98	6,98	8,16
		Urbano	10,54	10,24	10,97	10,05	10,48	9,37	9,00	7,85	9,11
		Rural	2,54	2,50	2,53	2,68	2,84	3,03	2,90	2,51	3,18
Taxa de desemprego	Nordeste	Total	8,92	8,34	8,85	9,04	9,10	8,38	8,34	7,53	8,90
		Urbano	11,79	11,15	11,83	11,90	11,89	10,84	10,64	9,44	11,03
		Rural	2,45	1,97	2,01	2,24	2,64	2,40	2,71	2,58	3,21
Piauí	Total	5,78	4,65	5,26	3,92	5,76	4,13	4,13	3,92	4,05	4,32
	Urbano	8,72	7,37	8,05	5,96	8,44	6,32	6,32	5,69	6,28	6,57
	Rural	1,07	0,78	1,26	0,92	1,89	0,84	0,84	1,25	0,73	0,69
Brasil		Total	1.039,41	1.008,98	937,06	932,51	971,83	1.041,94	1.075,05	1.090,46	1.116,39
		Urbano	1.124,17	1.089,40	1.004,02	1.000,74	1.047,07	1.119,68	1.147,43	1.162,13	1.188,98
		Rural	488,46	471,53	489,77	512,51	513,53	547,38	597,11	606,31	625,45
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Nordeste	Total	623,49	604,20	558,22	578,15	600,30	672,25	687,31	722,70	743,56
		Urbano	728,33	707,88	647,88	668,90	695,65	781,76	782,49	815,92	844,87
		Rural	314,45	296,58	288,50	294,06	311,77	320,39	366,68	391,56	388,32
Piauí	Total	504,34	512,14	453,94	474,98	503,32	594,63	618,84	618,84	616,85	636,21
	Urbano	634,13	661,21	603,53	595,90	672,19	770,38	799,12	774,87	812,88	
	Rural	230,45	211,27	174,04	225,26	191,80	229,54	260,61	314,78	277,04	
Brasil		Total	68,09	68,88	68,94	69,63	70,36	70,06	69,61	69,60	69,67
		Urbano	66,65	67,47	67,59	68,13	68,89	68,76	68,55	68,70	68,90
		Rural	76,22	76,98	76,80	77,66	78,12	77,13	75,38	74,62	74,02
Taxa de participação	Nordeste	Total	66,66	67,48	67,81	68,49	69,31	68,54	67,90	68,10	67,48
		Urbano	63,72	64,55	65,00	65,92	66,76	66,38	65,90	66,51	66,31
		Rural	74,39	75,19	75,29	75,53	76,04	74,45	73,35	72,60	70,82
Piauí	Total	67,65	73,62	74,97	75,49	74,47	73,09	73,09	72,13	74,51	73,23
	Urbano	63,87	68,43	69,43	70,90	68,93	68,52	67,95	69,47	70,63	
	Rural	74,72	82,51	84,71	83,46	84,21	81,23	79,52	83,57	77,83	

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55
		Urbano	6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,78	7,92	8,04
		Rural	3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,78
Média de anos de estudos		Total	4,91	5,11	5,30	5,49	5,63	5,83	6,00	6,20	6,34
	Nordeste	Urbano	5,81	6,01	6,18	6,36	6,50	6,70	6,84	7,06	7,17
		Rural	2,56	2,78	2,98	3,12	3,35	3,49	3,71	3,81	3,98
Piauí		Total	4,42	4,58	4,69	4,98	5,10	5,39	5,52	5,76	5,79
		Urbano	5,74	5,92	5,93	6,20	6,38	6,78	6,82	7,03	7,14
		Rural	1,98	2,30	2,52	2,89	2,84	2,95	3,24	3,49	3,44
Brasil		Total	12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,70
		Urbano	9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,62	7,52	7,37
		Rural	28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo		Total	24,22	23,35	23,14	22,42	21,88	20,71	19,92	19,40	18,70
	Nordeste	Urbano	17,92	17,32	17,24	16,78	16,37	15,32	14,78	14,08	13,80
		Rural	40,70	39,11	38,75	37,71	36,33	35,25	33,80	34,32	32,62
Piauí		Total	29,35	29,57	28,40	27,30	27,38	26,26	23,44	24,31	23,35
		Urbano	18,61	19,20	19,47	18,96	18,56	17,50	15,83	15,97	15,61
		Rural	49,20	47,35	44,06	41,61	42,93	41,60	36,86	39,15	36,85
Brasil		Total	25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08
		Urbano	28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	39,84	40,23
		Rural	16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	26,02	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos		Total	28,28	28,84	30,32	32,48	33,11	34,51	36,04	37,16	38,31
	Nordeste	Urbano	32,64	33,30	35,10	37,04	37,63	38,87	39,17	40,65	40,69
		Rural	19,66	19,44	20,31	22,77	23,82	25,43	28,65	29,10	32,65
Piauí		Total	29,95	24,23	29,98	31,66	32,40	29,95	32,92	36,25	41,73
		Urbano	35,88	32,24	40,11	39,73	37,02	39,34	41,90	45,37	46,92
		Rural	21,20	13,99	15,97	18,97	25,30	20,27	20,43	24,29	34,72

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Taxa de frequência líquida a escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)	Brasil	Total	85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09		
		Urbano	85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28		
		Rural	83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25		
	Nordeste	Total	83,43	84,42	84,36	84,95	85,41	86,74	88,40	88,40	88,94	89,41	
		Urbano	84,26	84,87	84,92	85,35	85,90	86,97	88,31	88,31	89,00	89,35	
		Rural	81,78	83,52	83,22	84,10	84,42	86,25	88,60	88,60	88,82	89,53	
	Piauí	Total	86,54	85,67	86,07	85,26	85,67	88,27	89,27	89,27	89,34	91,11	
		Urbano	86,72	84,48	85,82	83,75	85,21	88,21	88,46	88,46	89,75	91,77	
		Rural	86,30	87,19	86,41	87,50	86,24	88,35	90,36	90,36	88,68	90,22	
	Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)	Brasil	Total	36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44	50,96	
			Urbano	41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40	
			Rural	17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	33,31	
Nordeste		Total	20,48	22,76	25,54	27,93	30,07	33,15	34,49	34,49	36,37	39,20	
		Urbano	26,16	29,03	32,07	34,96	37,37	40,60	40,29	41,73	41,73	44,19	
		Rural	7,84	8,80	10,79	11,67	15,08	17,64	22,64	22,64	23,94	27,81	
Piauí		Total	21,56	15,78	25,46	22,43	25,83	32,40	29,84	29,84	35,99	34,40	
		Urbano	31,80	23,57	33,20	33,94	33,47	46,90	38,57	38,57	48,91	47,19	
		Rural	4,79	2,01	12,14	5,37	13,82	12,65	15,83	15,83	17,69	20,60	
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)		Brasil	Total	10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19	16,19	17,51
			Urbano	11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	18,39	19,68
			Rural	1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,56	3,90	4,98
	Nordeste	Total	5,46	5,57	6,29	6,54	6,81	7,87	8,55	8,55	9,25	10,58	
		Urbano	7,19	7,41	8,35	8,85	9,03	10,32	11,04	11,04	11,93	13,30	
		Rural	0,82	0,79	0,84	0,50	1,04	1,33	1,76	1,76	1,69	2,66	
	Piauí	Total	7,29	5,52	7,59	7,55	8,18	9,60	7,53	7,53	11,23	14,40	
		Urbano	10,88	8,26	11,29	11,70	11,82	14,10	10,36	10,36	16,63	19,79	
		Rural	0,76	0,91	1,60	0,93	1,40	1,04	2,49	2,49	1,64	3,38	

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72	
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	63,10	65,31
Abastecimento adequado de água	Nordeste	Total	62,77	65,08	66,56	67,95	69,11	71,63	74,50	77,08	78,12	
		Urbano	80,40	82,14	82,78	83,55	84,79	86,79	88,16	90,04	90,04	89,60
		Rural	20,65	24,10	27,08	28,75	31,12	33,65	39,79	43,06	43,06	47,49
Piauí		Total	50,76	50,59	55,44	59,15	59,72	62,31	62,53	68,14	69,28	
		Urbano	75,91	73,21	77,98	81,51	80,18	87,55	84,75	87,41	87,49	
		Rural	8,50	15,29	18,73	22,09	26,60	23,38	26,05	35,53	35,53	39,68
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82	
		Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,84	99,84	99,87
		Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	91,24	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica	Nordeste	Total	88,67	90,35	91,17	92,28	92,87	94,28	95,57	96,84	96,84	
		Urbano	98,34	98,71	98,88	99,23	99,33	99,46	99,62	99,72	99,72	99,73
		Rural	65,59	70,28	72,39	74,83	77,21	81,29	85,29	89,27	89,27	91,42
Piauí		Total	80,91	81,55	82,95	86,17	87,61	86,49	89,22	91,88	91,88	
		Urbano	97,85	97,29	97,59	98,12	98,81	99,02	98,99	98,99	98,90	99,12
		Rural	52,44	56,99	59,11	66,36	69,50	67,17	73,18	79,99	79,99	80,07
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,21	
		Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	65,20	67,01	67,14	67,14	66,89
		Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	30,20	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado	Nordeste	Total	34,52	35,35	36,32	37,39	36,08	37,61	40,47	41,58	40,04	
		Urbano	38,35	40,41	41,14	41,94	41,38	42,59	45,08	46,57	46,57	44,51
		Rural	15,43	12,05	15,28	17,18	14,36	16,96	22,84	22,29	22,29	23,21
Piauí		Total	7,25	14,20	12,06	13,51	14,14	20,64	23,85	18,81	24,47	
		Urbano	5,54	10,35	7,39	7,62	8,51	8,36	16,33	8,21	9,82	
		Rural	28,70	44,91	47,98	52,88	45,61	87,29	57,43	60,42	60,42	80,23

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
		Urbano	94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
		Rural	14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Nordeste	Total	64,23	65,92	67,85	67,39	69,35	70,57	71,71	73,49	74,62
		Urbano	87,64	89,45	91,26	90,03	92,29	92,97	94,99	95,40	95,40
		Rural	8,33	9,39	10,87	10,49	13,78	14,50	15,34	17,06	19,18
Piauí	Total	48,42	47,16	48,57	48,04	48,98	49,64	49,64	53,17	54,46	54,95
	Urbano	76,98	77,08	78,18	76,17	77,99	80,78	82,98	83,76	85,20	85,20
	Rural	0,44	0,49	0,37	1,40	2,02	1,60	4,26	4,86	5,79	5,79
Brasil		Total	36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
		Urbano	42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
		Rural	4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
Proporção de domicílios adequados	Nordeste	Total	16,34	17,73	18,77	19,55	19,53	20,53	22,56	24,74	23,84
		Urbano	22,62	24,57	25,74	26,71	26,71	27,97	30,12	32,61	31,15
		Rural	1,45	1,40	1,91	1,63	2,22	1,98	3,44	4,14	4,38
Piauí	Total	2,36	4,06	3,20	3,40	4,25	4,06	4,06	7,84	4,48	5,80
	Urbano	3,78	6,71	5,20	5,15	6,36	6,40	6,40	11,47	6,27	7,43
	Rural	—	—	—	0,51	0,85	0,47	0,47	1,89	1,45	3,15

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
		Urbano	9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
		Rural	0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio		Total	3,38	4,02	4,19	4,68	5,18	6,74	8,66	11,62	14,30
	Nordeste	Urbano	4,78	5,63	5,83	6,49	7,25	9,33	11,87	15,71	19,19
		Rural	0,04	0,17	0,18	0,11	0,19	0,25	0,50	0,90	1,25
Piauí		Total	2,02	3,15	2,82	3,96	4,36	4,51	6,71	8,42	11,23
		Urbano	3,23	5,07	4,54	6,35	7,05	7,44	10,71	12,92	18,14
		Rural	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,79	0,00
Brasil		Total	12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
		Urbano	14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
		Rural	1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio		Total	5,06	5,53	5,89	6,50	7,61	9,53	12,08	15,78	18,56
	Nordeste	Urbano	7,02	7,72	8,17	8,99	10,50	13,03	16,32	21,09	24,61
		Rural	0,40	0,26	0,32	0,25	0,61	0,74	1,29	1,83	2,44
Piauí		Total	3,53	4,64	3,39	5,08	5,85	6,67	9,66	12,27	14,24
		Urbano	5,64	7,53	5,47	8,15	9,46	10,99	15,08	18,50	22,59
		Rural	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,76	1,73	0,67
Brasil		Total	50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
		Urbano	58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
		Rural	6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio		Total	30,44	29,73	27,48	26,76	24,99	24,10	23,35	22,62	22,28
	Nordeste	Urbano	42,33	41,02	37,70	36,35	34,26	32,56	31,35	29,95	29,47
		Rural	2,03	2,60	2,61	2,66	2,55	2,90	3,02	3,39	3,11
Piauí		Total	28,48	25,11	25,03	23,32	21,67	22,03	21,63	19,25	18,11
		Urbano	44,20	39,91	38,77	36,20	33,97	35,13	33,33	28,69	27,98
		Rural	2,05	2,02	2,65	1,96	1,75	1,81	2,42	3,27	2,06

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
	Urbano		35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
	Rural		9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de telefone celular no domicílio	Total		17,94	20,18	22,95	30,35	43,00	48,49	55,15	65,36	69,66
	Urbano		24,02	26,76	30,02	39,25	54,56	60,13	66,27	76,12	80,00
	Rural		3,43	4,37	5,75	7,97	14,99	19,35	26,86	37,10	42,07
Piauí	Total		11,30	13,06	15,31	21,51	31,93	37,45	44,46	55,24	57,63
	Urbano		17,76	20,44	24,26	32,29	46,68	56,92	61,39	72,19	74,32
	Rural		0,44	1,53	0,73	3,63	8,04	7,42	16,68	26,55	30,52
Brasil	Total		89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
	Urbano		93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
	Rural		65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Total		79,27	81,19	81,43	82,58	84,17	88,00	90,92	92,96	93,82
	Urbano		90,18	90,62	90,62	91,08	92,97	95,09	96,52	97,34	97,57
	Rural		53,21	58,54	59,05	61,19	62,86	70,23	76,69	81,46	83,81
Piauí	Total		68,52	68,34	72,07	73,93	76,45	79,16	82,33	87,19	86,89
	Urbano		89,42	87,98	89,76	90,39	93,09	95,52	95,49	97,68	96,96
	Rural		33,40	37,70	43,26	46,64	49,51	53,92	60,72	69,42	70,51
Brasil	Total		88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
	Urbano		89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
	Rural		82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Total		81,88	80,96	81,27	81,59	82,08	81,67	82,89	83,20	82,51
	Urbano		83,42	82,77	82,53	83,14	83,52	82,88	83,76	84,50	84,38
	Rural		78,22	76,61	78,20	77,70	78,59	78,64	80,67	79,77	77,53
Piauí	Total		82,09	81,69	82,69	82,52	83,22	84,07	84,43	82,95	80,46
	Urbano		82,22	82,87	81,60	82,35	82,04	84,14	84,62	83,76	82,30
	Rural		81,88	79,85	84,47	82,81	85,13	83,95	84,13	81,58	77,47

Fonte: PNADS 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{População total}}$$

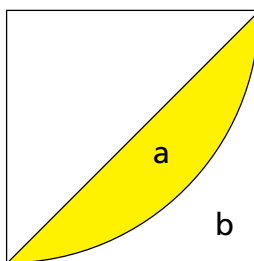
em que a renda domiciliar *per capita* é:

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

Índice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz é *b*, então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO**Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA

Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdarã Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Daniela Rodrigues Moreira

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.